

Ocupação como texto: notas sobre textualizações estudantis em universidades cearenses em 2016

Occupation as text: notes on student textualizations at universities in Ceará in 2016

Daniel Macêdo^a, Márcia Vidal Nunes^b

Resumo Após as jornadas de junho de 2013 e as ampliações de incursões em plataformas digitais para processos de mobilização social no Brasil, vivemos, em 2016, uma onda de manifestações mobilizadas em torno da #ocupatudo que afirmava o descontentamento frente ao contexto pós-impeachment. Para além do reconhecimento de que a adesão a tais plataformas reconfigura as dinâmicas dos movimentos sociais, tem nos interessado investigar as transformações em torno da ocupação como forma de atuação política e, frente aos casos protagonizados por universitários no Ceará, discutir as combinações entre dinâmicas online e offline. Para isso, nos interessa pensar as ocupações como um texto resultante de uma escrita política buscando, a partir dos estudos em textualidade, mirarmos e discutirmos os acionamentos e os reposicionamentos diante dos repertórios associados à ação.

Palavras-chave Ocupação. Textualidade. Movimento estudantil. Ceará. Facebook.

Abstract *After the June 2013 protests and the expansion of digital platforms for social mobilization processes in Brazil, in 2016 we experienced a wave of demonstrations mobilized around #ocupatudo, which expressed discontent with the post-impeachment context. In addition to recognizing that adherence to these platforms reconfigures the dynamics of social movements, we are interested in investigating the transformations around occupation as a form of political action and, in light of the cases led by university students in Ceará, discussing the combinations between online and offline dynamics. To this end, we are interested in thinking of occupations as a text resulting from political writing, seeking, based on studies in textuality, to look at and discuss the actions and repositionings in relation to the repertoires associated with the action.*

Keywords *Occupation. textuality. Student movement. Ceará. Facebook.*

a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: daniel.3macedo@gmail.com

b Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: marciavn@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Muitos tem sido os esforços para pensar as características das intensas mobilizações políticas ocorridas em junho de 2013 no Brasil – das quais, importa destacar os estudos de André Singer (2013), de Angela Alonso (2017), de Mário Alves Filho (2016), dentre outras. Observando este marco a partir dos estudos em comunicação social, temos notado como esta experiência cumpriu papel de referência para que as plataformas digitais de redes sociais ocupassem um posto de centralidade tanto ao serem adotadas como espaço de afirmação das percepções políticas, quanto ao tensionarem e reposicionarem as formas e as estratégias de mobilização aparentemente comuns aos movimentos sociais brasileiros - como discutimos com maior fôlego nos escritos de Marcia Vidal Nunes (2018).

Dentre as marcas pós junho de 2013, estão as composições de movimentos sociais que se articularam a partir desta experiência. De caráter nacional, cumpre destacar a fundação do movimento Rua_JuventudeAnticapitalista, investigado por Luana Santos (2018); e o Movimento Brasil Livre - MBL, discutido por Renan Mattos (2018). Em que pesem as abissais diferenças destes movimentos, cabe destacar que eles se aproximam quando elencamos que são movimentos de juventude que tomam plataformas digitais como espacialidade fundamental para realizar suas afirmações e para exercitar táticas de mobilização. Estas iniciativas, como nos interessa destacar, tornam notórios os rearranjos das dinâmicas de movimentos sociais ao tomarem a intervenção em plataformas como premissas, sejam iniciativas identificadas com o campo progressista, como o movimento Rua; sejam iniciativas que mobilizam uma agenda neoliberal, como é o caso do MBL.

Partindo destas percepções, o interesse por tais rearranjos exercitados por movimentos sociais em meio às dinâmicas mediadas por plataformas tem mobilizado as discussões entre pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Mídia, Política e Cultura, vinculado ao PPGCom da Universidade Federal do Ceará. Posicionando o Facebook como um espaço-problema de atuação política de movimentos sociais brasileiros, temos lançado vistas às potências e às restrições notáveis a partir de casos específicos que se voltam tanto a dimensão das afirmações políticas, como as campanhas feministas #euvoucontar (Bonfim, 2019) e #EleNão (Bezerra, 2022); quanto a dimensão das estratégias de mobilização como as realizadas pelo Coletivo Nigéria (Sousa, 2017), pelo Movimento Quem Dera Ser um Peixe (Araújo, 2016) e pelo Mídia Ninja (Andrade, 2020; Santos, 2020).

Em que pesem as singularidades políticas e as particularidades contextuais destas iniciativas e destes usos Facebook, estas pesquisas, em conjunto, nos chamam a ver as particularidades em que os processos comunicacionais assumem como

fundamentos de movimentos sociais. Outro aspecto que aproxima estas iniciativas é a combinação das intervenções no Facebook a práticas offline. Atos performáticos, manifestações políticas, marchas nas ruas e outras formas de incidência política se dispõem em articulação às composições narrativas afirmadas nas plataformas. Por isso, ao pesquisarmos os usos de plataformas digitais por movimentos sociais, não nos interessa atribuir novas tipologias – como faz Maria da Glória Gohn (2017) ao pensar em termos como “novíssimos movimentos sociais” –, ao passo que nos importa considerarmos que movimentos sociais com vastos repertórios se reposicionam e se remodelam a partir das conjugações que lhes são próprias de práticas online e offline. Entre redes e ruas: não como uma dicotomia, mas como uma combinação que revela dinâmicas singulares dos movimentos sociais neste contexto social e histórico.

Dentre as diversas formas combinadas entre ações presenciais e nas redes pós-junho de 2013, estão as iniciativas de ocupação no movimento estudantil – que mobiliza o foco deste trabalho. Temos observado esta combinação de modo eferescente nas expressivas articulações de estudantes secundaristas que ocuparam suas escolas em crítica ao fechamento de instituições e à redução de orçamentos em 2015 e em 2016 (Redes, 2019; Macêdo et al, 2018) e nas decorrentes ocupações universitárias de 2016 em oposição ao impeachment de Dilma Roussef e em crítica à agenda golpista de Michel Temer para economia e para as áreas sociais, conhecida como #ocupatudo – sendo, este último, foco de nossa atenção a partir das iniciativas realizadas no Ceará.

Em que pese o vasto repertório sobre ocupações que dinamiza movimentos sociais – como exploraremos na primeira seção deste artigo – temos notado o que há de criativo em meio aos reposicionamentos desta forma de ação política quando movimentos estudantis articulam tais repertórios às dinâmicas sociais deste momento histórico em que interações por plataformas constituem aspectos centrais das dinâmicas de sociabilidade. Neste caso, as ocupações se firmam como textos de afirmação política de movimentos estudantis que, em suas processualidades, constituem uma forma específica de afirmar divergências a partir de dispositivos visuais e sonoros, palpáveis e digitais que ornaram a iniciativa.

Para mirarmos estas combinações como um labor criativo, temos partido dos estudos em textualidades que, dialogando com os escritos organizados por Bruno Leal, Carlos Carvalho e Geane Alzamora (2018), nos convocam a considerar as relações entre contextos, formas e significações das materialidades comunicativas. Esta perspectiva teórica parte do alargamento da compreensão sobre ‘texto’, libertando-o do imaginário atribuído à forma verbal para pensá-lo como toda e qualquer elabo-

ração significativa. Uma ocupação orienta-se por tomadas de posições em que as perspectivas sobre determinados contextos sociais se vocalizam pela ação política e, valorizando os aspectos da forma, pode a ocupação ser um texto se considerarmos o que há de dimensões significativas a ela associadas.

Como uma ação significativa, a ocupação como um texto se vale de determinadas codificações por quem a realiza em meio a determinadas relações sociais. Para pensarmos essa dinâmica relacional, dialogando com os apontamentos reunidos por Leal, Carvalho e Alzamora (2018), tomamos por textualidade os aspectos contextuais em que o texto se realiza como uma tomada de posição frente a um cenário movediço em que diferentes agentes se entramam em sua confecção. Por isso, ao investigarmos ocupações tomando-as como textos, praticamos um esforço dual: por um lado, consideramos as singularidades em torno das formatações empenhadas para compor a ação política como um texto orientado à esfera pública; por outro, miramos as textualidades que dinamizam esta composição – como exploraremos na segunda seção deste artigo.

Nestes marcos, a seguir, lançamos atenção às ocupações de 2016 em cinco universidades cearenses a fim de discutir as recombinações que praticam em torno desta forma de ação política ao conjugar dinâmicas online e offline neste exercício. A partir das ocupações na Universidade Federal do Ceará - UFC, na Universidade Federal do Cariri - UFCA, na Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, no Instituto Federal do Ceará - IFCE e na Universidade Regional do Cariri - URCA e dos acúmulos de pesquisa realizado até aqui, nos interessa notarmos que, apesar das particularidades destas iniciativas, há aproximações em torno da textualização destas ocupações que nos interessa refletir e elaborar ao longo deste artigo.

NEM TÃO NOVO QUANTO PARECE: REPERTÓRIOS DE OCUPAÇÕES ESTUDANTIS

Atos de ocupação não são uma novidade aos movimentos sociais brasileiros, sobretudo se considerarmos a larga trajetória do Movimento Sem Terra – MST em que tomadas de terra que descumprem sua função social constituem parte fundamental da reivindicação pela Reforma Agrária, como destacam os escritos de Giordanno Marinho (2022). Como uma tática para contraposição à ordem, para promoção de justiça social e para denúncia das desigualdades fundiárias no país, o ato de ocupar tem se constituído historicamente como um modo de incidência política característica do MST que, para o sociólogo Giovanni Alves (2012), o aproxima de outras experiências por direito à terra, como os zapatistas mexicanos.

Também não é uma novidade que ocupações anteriores ocorreram em espaços de educação. Com as iniciativas estudantis em maio de 1968 na França, em que campus universitários foram ocupados em crítica ao sucateamento das instituições, constituiu-se um referencial histórico não apenas por se tratarem do que sociólogos como Maria da Gloria Gohn (2013), Michel Thiollent (1998) e Alvaro Bianchi (2008) entendem como as primeiras ocupações estudantis, mas pela singularidade dos dispositivos simbólicos e narrativos que adornaram os contornos à ação política. Com a tomada dos espaços universitários que passaram a funcionar sob a regulação dos estudantes e com a constituição de composições visuais com cartelas, faixas e outros dispositivos que demarcam a nova ordem instaurada, estas iniciativas posicionaram a ocupação como uma forma de ação política e, com isso, constituíram uma referência para tal feito.

Não à toa, no ano seguinte, com as ocupações universitárias na Alemanha, é possível identificarmos não só as aproximações na forma desta ação política, mas também nas associações com as experiências francesas. Um bom exemplo está nas descrições de Hebert Marcuse (1999) que, ao tomar posição sobre a ocupação da Frankfurter Schule em janeiro de 1969, aponta aproximações entre iniciativas alemãs e francesas nos sentimentos e nos modos de ação para manifestar seus desacordos. Marcuse (1999, p. 23) considera que “a ocupação de prédios e a interrupção de aulas são atos legítimos de protesto político”, identificando notoriedade daquela forma de ação política. Além destas, ocorreram outras mobilizações estudantis em diversas partes do mundo no fim da década de 60, como destaca o sociólogo Luís Antonio Groppo (2022) considerando as particularidades relacionais de cada lugar e de cada contexto.

Ao longo de nossas pesquisas, temos reconhecido como estas iniciativas nos anos 60 se firmaram como referências para outras ações políticas ao elencarem ocupação como uma possibilidade de incidência para movimentos estudantis. Isto é, partindo dos escritos do sociólogo Charles Tilly (2006), considerarmos que estas referências constituem um repertório acionável que, por sua vez, já não determina o emprego das formas de ação política. Ao lançar atenção ao performático das formas de ação política, Tilly (2006) valoriza o que há de adaptável, de combinação entre repertórios que se remodelam a partir das criações possíveis ao agir.

É nesta dimensão de um repertório sobre a forma de ação política que se remodela a partir das performances – logo, dos contextos e das relações – que as instituem que podemos, então, mirar o labor criativo e adaptativo que se empenha em cada exercício da ocupação como forma de ação política. Com atenção às experiências na América Latina, podemos tomar o levante secundarista de 2006 no Chile,

popularmente conhecido como Revolta dos Pinguins e investigado por Dagmar Zibas (2008), como um caso relevante em que o repertório em torno da ocupação como forma de ação política se aciona e se remodela a partir das particularidades relacionais em que a iniciativa se realiza.

As ocupações secundaristas chilenas, muito mais que iniciativas ocorridas no Brasil, a exemplo das descritas por Bianchi (2008) sobre as ocupações em universidades paulistas, surgem com recorrência como referência nas afirmações de estudantes do ensino médio que ocuparam escolas em 2015 e em 2016 no Brasil, como apontam os estudos de Barbara Redes (2019) e de Macêdo et al (2018). Neste período, com intervalos temporais particulares a partir das dinâmicas estaduais, estudantes questionavam o fechamento de escolas e as reduções orçamentárias, conformando o que estes pesquisadores, dentre outros, nomeiam por Primavera Secundarista. Diante destes casos, as pesquisas de Redes (2019) e de Macêdo et al (2018) identificam que, dentre as recomposições da ocupação como forma de ação política desempenhadas a partir das características do contexto e do território em que ocorrem, está a adesão às plataformas digitais – especialmente o Facebook – como aspecto central das textualizações estudantis.

Com o acionamento dos repertórios sobre os aspectos offline das ocupações escolares e a combinação com as dinâmicas online das ocupações do Facebook para intervenção política, a Primavera Secundarista reposiciona o repertório sobre ocupações; que, por sua vez, é tomado como referência por ocupantes universitários de 2016 (MACÊDO, 2024). Naquele ano, após o impeachment de Dilma Rousseff e em meio à implementação da agenda econômica de restrição de investimentos em educação, em saúde e em áreas sociais imposta por Michel Temer, ocorreram ocupações protagonizadas por diferentes segmentos sociais e, dentre elas, estão as mobilizadas por estudantes universitários – que discutiremos com fôlego a seguir.

TEXTUALIZAÇÕES DAS OCUPAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DE 2016

Para pensarmos as ocupações universitárias de 2016 em seus processos de recombinação dos repertórios associados a esta forma de ação política, temos empenhado esforços teórico-metodológicos em torno dos estudos em textualidades a partir dos diálogos com Leal, Carvalho e Alzamora (2018). Ao proporem uma linha de investigação que compreende toda composição significativa como um texto, estes pensadores convocam atenções às tensões que as permeiam para, em detrimento das superficialidades discursivas, considerar as textualidades como uma dimensão relacional em que diferentes agentes se enredam em tomadas de posição nem sempre convergentes. A opção pelos estudos em textualidades, ao

tomarmos ocupação como texto, busca evidenciar as dimensões performáticas em que tais composições se modelam (re)posicionando repertórios sob as contradições das relações que as permeiam.

Pensar a ocupação como texto é um gesto para tornar visível as dimensões pelas quais, em sua feitura, se inscrevem as afirmações políticas em meio a um determinado contexto; ao passo em que, neste processo, o contexto que viabiliza tomadas de posições também se materializa a partir das textualidades que as impregna. A ocupação como texto, então, admite a forma de ação política como o resultado de uma escrita política que extrapola a lógica verborrágica e que assume formas singulares em razão do contexto em que produz.

Esta demarcação nos implica a elencarmos três premissas teórico-metodológicas: a primeira, como temos discutido na sessão anterior, está ao considerarmos que há um repertório associado à forma e que há processos de (re)composição a partir das tensões de um dado contexto relacional; a segunda, valorizando estas (re)composições, que a ocupação se dá como uma textualização, como uma escrita política que deixa ver as intenções dos agentes e as textualidades que as permeiam; a terceira, considerando as dimensões públicas deste texto e sua disposição aos agentes diversos que com ele se envolvem, admitir que tanto há modos imprecisos de significação da ação política, quanto há outros textos que se criam em razão destas significações.

Admitimos, partindo destas implicações, que a escrita política enredada com a ocupação se orienta aos outros e os convoca a tomar posição frente à ruptura ao cotidiano e às agendas que por ela são mobilizadas. Importa, então, admitirmos nossos lugares como agentes que, em 2016, implicam-se pela escrita da ação política na Universidade Federal do Ceará ao dela nos fazermos ocupantes; ao passo em que, (re)lendo e investigando esta e outras iniciativas, produzimos outros textos em razão de nossas investigações – a exemplo destes escritos que propõem significações ao caso. Deste modo, nossas pesquisas não se orientam às pretensões de completude ou de explicação ao caso, mas de um chamado à discussão a partir dos processos que partilhamos enquanto a estamos a nos envolver com estes textos.

Nossos processos de envolvimento com a ocupação, pensada como um texto, valorizam as pistas teórico-metodológicas partilhadas por Bruno Martins et al (2019) ao lançarem vistas às textualidades e valorizarem as dimensões de parcialidade que se entranham às pesquisas com textos. Ao assumirmos nossas vinculações com os textos, a presunção de isenção se desfaz em favor das tomadas de posição que realizamos. Deste modo, a ocupação como texto dá-se aos outros como um

disposto à leitura e à interpretação, convocando seus leitores a significar a ação política e a tomar posições que revelam nossas próprias agências diante destes textos.

Frente a estas demarcações e diante do nosso interesse em discutir as (re) combinações da forma ocupação a partir dos exercícios de 2016, temos empenhado um percurso de pesquisa ao longo dos últimos oito anos que se marca pela coleção de diferentes textos em torno das ocupações cearenses para, com eles, desempenhar uma prática metodológica – descrita com maiores detalhes por Macêdo (2024) – marcada por três etapas: a primeira, ao pesquisar textos, identificando os apontamentos narrativos e as tomadas de posição que por ele nos são propostos; a segunda, ao pesquisar com textos, reconhecendo o caráter vinculativo que desempenhamos ao nos percebermos interpelados e interpelando os textos; a terceira, por fim, ao pesquisar contextos, dimensionando as textualidades que mobilizam os textos em estudo.

Esta dinâmica, marcada pelas discussões em torno das relações repertoriais e performativas, mobilizou um conjunto de esforços orientados a diferentes paratextos que nos ajudam a pensar a ocupação como texto, como é o caso das notas de deflagração (MACÊDO, NUNES, 2024A), das publicações em plataformas de redes sociais (MACÊDO, 2024), das intervenções visuais nos espaços ocupados (MACÊDO, NUNES, GADELHA, 2023) e dos testemunhos nossos e de outros estudantes em livro-reportagem (MACÊDO, 2017). Para pensarmos a ocupação como texto, cada um destes paratextos assume um papel referencial ao constituir-se como uma textualização que, de modo fragmentar, mobiliza aspectos dos processos de escrita política praticado por estudantes e que dão formas à ocupação como ação política.

Após investigarmos estes paratextos, nossos esforços tem se orientado pelo enredamento destes fragmentos que, em suas combinações, formatam a textualização da ação política. Para compor este enredamento, nesta etapa final de pesquisa, realizamos um experimento teórico-metodológico em redes textuais a partir dos apontamentos do pesquisador Gonzalo Abril (2007) que, ao estudar visualidades, nos chama atenção às correlações significativas que se instituem entre formas comunicacionais distintas. Mobilizando as percepções prévias a partir dos estudos segmentados dos paratextos, desenvolvemos um processo combinatório de informações previamente acumuladas para, com isso, compilar percepções sobre as ocupações a partir do cruzo entre os paratextos as compõem.

Valorizando o encontro entre práticas online e offline, nos interessa ler a ocupação como texto a partir desta combinação das formas comunicacionais que a formatam como um gesto para mirar em complexidade as agências políticas de estudantes em que os repertórios se mobilizam e se reposicionam. Estas dinâmicas, em

face ao contexto que as mobiliza, nos convoca a considerarmos que outros agentes também liam as ocupações produzindo outros textos que, por sua vez, tensionavam a ação política de estudantes. Por isso, ao produzir nossos cruzos, temos considerado as textualizações realizadas pelo Jornal O Povo e pelo Jornal Diário do Nordeste (MACÊDO, NUNES, 2024b) e pelos movimentos de #desocupa em páginas do Facebook (MACÊDO, 2017) enquanto proposições que tanto demarcam aspectos das disputas políticas daquele contexto social, quanto mobilizaram aspectos da textualização da ocupação por estudantes.

A partir destes enredamentos, compusemos cruzos de informações em dois sentidos: no primeiro, tomando notas das textualidades, buscamos caracterizar o contexto em que se dá as ocupações universitárias de 2016 no Brasil, especialmente no Ceará; no segundo, discutindo as correlações entre as formas associadas e as narrativas empenhadas para mirarmos os processos de textualização e as dinâmicas narrativas que com elas ganham contornos – que detalharemos a seguir.

CONTEXTOS E EMERGÊNCIAS DE OCUPAÇÕES EM 2016

Em 2016, em meio aos acirramentos políticos pós-ruptura democrática com o impeachment de Dilma Rousseff e com a ascensão da agenda política de retrocessos aos direitos sociais implementada por Michel Temer, ocorreram processos diversos de ocupações por movimentos sociais para textualizar divergências com os rumos anunciados ao Brasil. Em conjunto, movimentos sociais do campo e da cidade ocuparam espaços simbólicos para demarcar descontentamento com as políticas do governo golpista. Durante a semana da posse de Temer, os militantes do MST “bloquearam estradas, marcharam nas cidades ao lado de ativistas urbanos e ocuparam prédios públicos”, dos quais o historiador Luiz Bernardo Pericás (2016, p. 106) destaca as fazendas associadas ao governante.

Com a extinção do Ministério da Cultura, ocupar tornou-se a reação de artistas, produtores e agentes da cultura que, para Ivana Bentes (2016), é caracterizada como uma ação marcada pela ocupação sucessiva dos prédios regionais do MinC e das instituições a ele vinculados, como as sedes da Funarte e do Iphan. Ocupar, como consequência ao regime de polarização política, tornou-se verbo recorrente na conjugação de divergências para exprimir a insatisfação popular. Com a recorrência das iniciativas em diversos campos de atuação social, não tardou para que #OcupaTudo tomasse forma como convocatória pública para construir marcos de insatisfação e para acirrar o contexto político nacional.

Estudantes, por sua vez, também eram perfis insatisfeitos com o governo de Temer. Das escolas de Ensino Médio às Universidades, fizeram valer a palavra de

ordem #OcupaTudo. Para além das pautas locais, estudantes se contrapunham à Reforma do Ensino Médio, ao Projeto Escola Sem Partido e a PEC 241/16 enquanto gritavam e publicavam #ForaTemer. Neste contexto, retomou-se as experiências da Primavera Secundarista no Paraná (Minucelli et al, 2016) e em 10 de outubro, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, ocorreu a primeira ocupação universitária desta onda. A iniciativa inaugural rapidamente ecoou por outros campi universitários de todo o país que aderiam às ocupações em defesa da educação. Em 24/out, 130 unidades acadêmicas e mais de 1000 escolas estavam ocupadas (UNE, 2016a); enquanto, em 22 de novembro, somavam-se 229 Universidades ocupadas (UNE, 2016b). Assim, influenciados pelas ocupações secundaristas daquele ano e pelas iniciativas universitárias que aconteciam no país, estudantes cearenses somaram a onda nacional.



Figura 1. Mapeamento de ocupações e greves estudantis no Ceará. Fonte: Macêdo, 2017.

A primeira adesão se deu em 21/out no Campus Iguatu do IFCE, localizado a 400km da capital. Na sequência, estudantes da URCA ocuparam a Reitoria em 25/out; para, então, ocorrer a ocupação do Departamento de Geografia da UFC em 01/nov que tensionou, ainda naquela semana, a deliberação por #OcupaTudo na Assembleia Geral de Estudantes desta instituição. Destas iniciativas, decorreram ocupações em outras unidades acadêmicas da UFC e em outros campi do IFCE, além de iniciativas na UFCA e na UNILAB. Composto, assim, um conjunto de 5 instituições com processos particulares de ocupações estudantis.

Há, para além das afirmações de reconhecimento como parte de um movimento nacional que as referencia, um repertório mobilizado por estas ocupações a partir de iniciativas ocorridas no Ceará. Em 2015, com a ocupação da Reitoria da UFC que durou menos de 24h, as consecutivas reportagens que associavam à ação a

promoção de “quebradeira” (O Povo, 2015) e as decorrentes práticas persecutórias de investigação e da Polícia Federal que incorriam em criminalização de manifestantes confluíram como parte das experiências que pautavam cuidados e estratégias ao empenho desta ação no território. Não à toa, como temos discutido a partir dos relatos de experiência e de entrevistas (MACÊDO, 2017), universitários buscaram nas experiências secundaristas de 2016 um aporte de referência por considerarem que, com as práticas ali empenhadas, a iniciativa tornou-se sustentável.

FLUXO TEXTUAL DAS OCUPAÇÕES NO CEARÁ

Quando enredamos os paratextos das iniciativas ocorridas no Ceará, podemos notar que, ressaltadas suas particularidades contextuais, existem aproximações fundamentais em torno das processualidades para realizar ocupações e, com isso, das (re)combinações de repertórios para textualizar a ação política. As ocupações nas cinco universidades cearenses, tomadas como textos, também se aproximam nos aspectos narrativos ao comporem um fluxo textual em que se demarca o início da ação estudantil, afirma-se uma política cotidiana de gestão dos espaços e de apresentação das pautas políticas e, por fim, delimita-se apontamentos aos marcos finais destas experiências.

Este fluxo de uma narrativa talhada com início, meio e fim, ocorrido em momentos diferentes a partir da emergência de cada um dos casos analisados, torna-se especialmente importante quando lateralizado à narrativa mobilizada pelos jornais O Povo e Diário do Nordeste que, por sua vez, destacam os apontamentos iniciais e pouco dedicam atenção às particularidades das ocupações. Nas produções destes periódicos, como temos discutido (MACÊDO, NUNES, 2024b), para além do foco nos marcos inaugurais a partir das assembleias, as narrativas são egocentradas em torno das experiências na UFC e pouco visibilizam as perspectivas estudantis ao longo do período ocupado – especialmente quando se tratam de outras instituições, seja na capital, seja no interior.

Como uma ação política, as assembleias estudantis que deflagraram as ocupações constituem um marco nas experiências investigadas. A partir delas, com a ampla presença de estudantes e resguardados pela deliberação por maioria, a realização das assembleias se constituiu como um argumento de legitimação democrática em torno da ação estudantil. As assembleias eram formas deliberativas observadas nas iniciativas da Primavera Secundarista (Redes, 2019; Macêdo et al, 2018) e em outros processos de ocupação ocorridos naquela onda em outros estados de modo que, ao pensarmos a textualização das ocupações, surge como parte de um repertório associado à ocupação como texto.



Figura 2. Assembleias de ocupações no Ceará. Fonte: Acervo de Pesquisa.

Deste modo, as Assembleias se constituem como um marco fundamental pela qual se textualiza as ocupações. Orientada à legitimidade da ação política, as assembleias demarcavam o alcance de um número mínimo de participantes que, regulado pelos estatutos das entidades de representação estudantil, conferiria direitos deliberativos. Tanto tiveram casos em que ocorreram mais de uma assembleia, quanto outros que, em primeira chamada, alcançaram uma participação histórica de estudantes neste mecanismo deliberativo – como é o caso da UFC. Embora esta forma cumpra parte do repertório associado às processualidades do movimento estudantil, cumpre destacar que, nestes casos, há uma dimensão online em que a discussão pública se mobiliza a partir de plataformas digitais. Em 2016, as páginas dos Centros Acadêmicos e dos Diretórios Centrais de Estudantes no Facebook foram espaços importantes em que as assembleias foram convocadas e, de modo combinado à iniciativas offline – como passagens em sala convidando estudantes – constituíram-se como parte do processo de mobilização.

Outro aspecto relevante em torno das combinações entre formas online e offline está na adesão das páginas do Facebook como espaços de textualização das ocupações a partir da criação de páginas específicas que tinham #ocupa em seu título (MACÊDO, 2024). Em todos os casos analisados, a deliberação pela ocupação em Assembleia combina-se a criação de uma página na plataforma que, em conjunto com outras inscrições visuais, demarcam a ruptura ao cotidiano dos espaços tomados. Neste processo, há três paratextos comuns que configuram uma aparente ritualística nos modos de textualizar o início de uma ocupação estudantil neste momento histórico: o lançamento de uma nota pública que justifica a ação a partir dos argumentos políticos que a mobilizam, a composição de fotografias com o rearranjo dos espaços universitários e o hasteamento de faixas que informam o novo status de gestão do espaço.

No primeiro paratexto, com a circulação de notas públicas, temos as primeiras publicações nas páginas. Nelas se elencam as motivações políticas que justificam o ato de desobediência civil e a ruptura ao cotidiano, bem como se reforça a legítimi-

dade da ação pela deliberação em assembleia; de modo que, como temos pensado ((MACÊDO, NUNES, 2024a)), estas notas firmam-se como uma criação que se vale de um amplo repertório associado aos movimentos sociais brasileiros, mas que se reposiciona ante às características do movimento estudantil e das dicções possíveis com a plataforma na qual estão dispostas.

No segundo paratexto, visibilizadas em práticas fotográficas, ocorreram performances de virada das carteiras contra o quadro como um gesto inicial da reorganização dos espaços a partir das ocupações. Assim, com o ato, textualizava-se a contrariedade de estudantes em manter as salas de aula com o funcionamento regular; ao passo em que, ao se constituírem imagens orientadas a serem publicadas nas páginas de Facebook, tornaram-se elemento referencial para afirmação simbólica da ação política (MACÊDO, NUNES, GADELHA, 2023). Em que pesem as lógicas de mediação algorítmica da plataforma neste contexto histórico (MACÊDO, MARTINS, 2021), é justo notarmos que a ampliação de circulação de narrativas demandavam publicações constituídas a partir de imagens. Nisto, atendendo a este quesito de mediação e admitindo a força simbólica das imagens, tais publicações se constituíram como um dos pontos altos de visibilidade e de discussão pública em todas as páginas.



Figura 3. Fotografias com cadeiras viradas em ocupações cearenses. Fonte: Acervo de Pesquisa.

No terceiro paratexto, com o hasteamento de faixas, temos outro marco de comunicação visual que informa aos passantes a ruptura ao cotidiano. Em geral, as faixas traziam nomes dos cursos e das instituições aliados ao nome ‘Ocupa’ e, em muitas destas, encontramos apontamentos de #ocupa complementados pelas identificações institucionais (MACÊDO, NUNES, GADELHA, 2023) – sendo a inscrição de hashtags um aspecto importante de reposicionamento frente aos repertórios associados a tais hasteamentos em experiências anteriores de ocupações estudantis.



Figura 4. Faixas hasteadas em ocupações universitárias cearenses. Fonte: Acervo de Pesquisa.

Estes marcos iniciais, na textualização estudantil, posiciona a ocupação como uma crítica ao governo Temer e como uma reivindicação legítima frente às pautas reivindicadas; contudo, para além da adesão de apoiadores, as ocupações como textos também mobilizaram iniciativas de deslegitimação praticadas por outros agentes. No que diz respeito às elaborações circulantes em produções jornalísticas (MACÊDO, NUNES, 2024b), podemos notar tanto uma esquiva em nomear a contrariedade de estudantes com o governo de Temer, quanto a composição de narrativas que atentam aos aparentes prejuízos das ocupações – especialmente a partir da impossibilidade de realização do ENEM nos espaços ocupados na Faculdade de

Educação da UFC, para ficarmos em um exemplo. Em conjunto, existiram também criações de páginas nomeadas por #desocupa que acirravam a discussão pública em torno da incidência política estudantil e, prioritariamente em espaços digitais, demandavam a normalização das dinâmicas cotidianas nas instituições (MACÊDO, 2017). Em alguns casos, como identificados na UFC, na UFCA e na UNILAB, são narradas iniciativas de violência física contra ocupantes protagonizadas por tais movimentos de desocupação.

Frente à deslegitimação angariada por outros agentes às ações estudantis, a textualização das ocupações em sua lida cotidiana tomou rumos protetivos em dois sentidos: no primeiro, evidenciando as pautas políticas a partir das práticas de cuidado com os espaços ocupados; no segundo, mobilizando públicos para eventos e atividades formativas que mantinham o caráter de ensino, pesquisa e extensão dos espaços ocupados – ainda que sob nova ordem. Estas textualizações se orientavam a demarcar as ocupações como uma dinâmica ‘cidadã’ e, com isso, destituir os imaginários sobre ‘desobediência civil’ e sobre ‘vandalismo’ que se se associava a esta forma de ação política – especialmente frente ao referente da ocupação da Reitoria da UFC em 2015.



Figura 5. Dinâmicas cotidianas das ocupações. Fonte: Acervo de Pesquisa.

No primeiro sentido, com uso de fotografias, estudantes narravam em páginas do Facebook as dinâmicas de gestão e de cuidados dos espaços. Com isso, produziam argumentos que se orientavam a dissolver a imagem de deslegitimação que lhes eram atribuídas a partir dos testemunhos sobre a convivialidade no espaço. No segundo sentido, com uma programação marcada por atividades com temáticas curriculares anguladas pelos interesses estudantis, as páginas do Facebook posicionavam as dinâmicas cotidianas das ocupações a partir do papel formativo desempenhado pela iniciativa. Assim, distanciando-se das proposições sobre obstrução dos espaços, estudantes demarcavam o caráter público das instituições e teciam gestos para mobilização de outros agentes a partir do que é atividade-fim das universidades em suas vocações à pesquisa, à extensão e ao ensino.



Figura 6. Convocatórias de atividades formativas. Fonte: Acervo de Pesquisa.

Em ambos os casos há uma evidente articulação entre as práticas online e offline pelas quais textualizações sobre as ocupações e sobre os cotidianos das instituições são afirmados – e disputados. Estas composições correspondem a ampla maioria dos esforços em comunicação durante o exercício das experiências de ocupação; contudo, são também as iniciativas que possuem menor expressividade em termos de uma discussão pública e que menos mobilizam diálogos ou retornos de pessoas envolvidas pelas páginas – como discutimos detalhadamente na dissertação de Macêdo (2024).

Com a aproximação ao marco de votação final da Emenda Constitucional 55/2016, em dezembro daquele ano, outras textualizações combinando dimensões online e offline foram realizadas, a exemplo de práticas performativas como o desfile de moda por #ForaTemer na Avenida da Universidade, em Fortaleza; e do cortejo no Crato com a queima de Judas que, com o rosto de Temer, era apresentado como traidor da democracia. Em ambos os casos, para além da ampliação de visibilidade qualitativa observável nas métricas de circulação destas publicações nas páginas do Facebook que apresentamos na dissertação de Macêdo (2024), a ocupação se textualiza a partir de outras formatações que se singularizam a cada caso.

Outra forma de textualizar as ocupações eram os atos de rua convocados por uma agenda nacional da União Nacional de Estudantes, pelo qual estudantes-ocupantes saíam as ruas a fim de constituir outros marcadores de ruptura ao cotidiano com o fechamento de ruas e com a interrupção do trânsito. Estes atos, no Ceará, se convocavam sob a alcunha #ocupatudo mobilizando a combinação entre dimensões online e offline como referente da ação política, bem como admitiam aquela forma de ação política – amplamente recorrente no repertório de movimentos estudantis – como parte das textualizações das ocupações. Com elas, a ocupação já não se delimitava ao prédio universitário sob gerência estudantil, mas ampliava-se às ruas e às redes em que a ocupação se dimensionava sob tal forma de protesto político. Um bom exemplo para pensarmos esta relação está no ato #OcupaBrasília que, reunindo caravanas de estudantes-ocupantes de todo o país,

fez das ruas da capital um ponto de encontro e de textualização das experiências locais – em confluência com as articulações nacionais – durante a primeira votação da Emenda Constitucional.

Em que pesem as singularidades destas formas textualizar as ocupações e as agendas políticas por ela vocalizadas, podemos notar como a combinação destes elementos assumiu posto referencial nas iniciativas nos dias anteriores ao voto final da EC 55/2016 que, em atos de rua combinados às ações performativas, marcaram elaborações simbólicas para além das típicas caminhadas. Podemos destacar iniciativas como as de cadeirato que, ocorridas em Fortaleza, instituíam o fechamento de uma das principais Avenidas de Fortaleza com o uso de carteiras escolares.



Figura 7. Cadeirato na Avenida da Universidade. Fonte: Acervo de Pesquisa.

A aprovação da Emenda Constitucional não encerrou, de modo imediato, as ocupações no Ceará que, por sua vez, perduraram por tempos específicos frente às negociações locais em torno de pautas estudantis. A última a desocupar foi a Universidade Regional do Cariri, em janeiro de 2017, após alcance de conquistas reivindicadas por discentes – dentre elas, a implementação da política de cotas. Assim, dentre os marcos finais das ocupações, para além do comunicado oficial nas páginas em que se destacavam as vitórias alcançadas com a mobilização, retiravam-se as faixas e se reposicionavam as carteiras em seus lugares de origem. Com esta composição, por fim, estudantes comunicavam o encerramento das ocupações.

CONSIDERAÇÕES SOBRE GRAMÁTICAS EM OCUPAÇÕES

Ao posicionarmos as ocupações como textos, mobilizamos uma relação que reconhece esta forma de ação política como uma composição significativa. Como

temos discutidos, há aspectos de ruptura ao cotidiano que fundamenta esta iniciativa e, com isso, constitui-se uma afirmação em que as vias de diálogo foram encerradas e que, de outro modo, ocupantes pouco poderiam se fazer escutados e considerados nas negociações. Assim, ao nos relacionarmos com o caso das ocupações universitárias de 2016, foi necessário um duplo movimento que valorizasse tanto a escrita política de estudantes ao fazerem das ocupações um modo de narrar seus anseios políticos e seus descontentamentos frente ao governo Temer e frente aos desafios locais no contexto de pós-golpe; quanto as agências que se desenvolvem, em meio a este contexto histórico, em que a combinação de práticas online e offline reposiciona os repertórios sobre ocupação.

Diferente de outros casos, em que ocupação se marcava pela tomada dos espaços e por textualizações que se materializavam em suportes físicos que constituíram um repertório sobre os modos de realizar esta ação; o que temos observado é que, nas ocupações universitárias de 2016, estes repertórios se reposicionam ante à combinação com as formas digitais. Deste modo, diferente de um uso complementar à ocupação, a combinação entre dimensões offline e online nos convoca a reposicionarmos os marcadores em torno desta ação política – fortemente fixados em práticas offline – em favor de valorizarmos o que há de deslocamentos quando observamos que, nestes tempos, há processos dinâmicos em que aparentes convenções se remodelam a partir das possibilidades criativas admitidas com as formas online.

Importa, então, considerarmos que a textualização da ocupação realizada por estudantes já não se limita ao espaço físico das universidades; mas se amplia a partir de suas interfaces digitais que combinam-se às dinâmicas locais, às políticas dos corredores, conformando experiências e formatações que merecem atenção ante ao repertório que acionam e que reposicionam. Nosso experimento de combinar as informações mapeadas a partir dos paratextos, aqui, conflui como um gesto para complexificar as percepções sobre as ocupações para além das particularidades notáveis em cada uma das dimensões textuais mobilizadas. Afinal, como temos discutido, é na interrelação entre estas diferentes textualizações que, de modo complexo, a ocupação se textualiza como uma combinação entre formas comunicativas e reposiciona seus próprios referentes enquanto forma de ação política.

Este artigo é, pois, uma composição possível a partir dos processos de leitura da ocupação em que, tomando notas de suas dimensões significativas em diálogo com os contextos que as viabilizam, miramos as singularidades desta forma de ação que se articula pela combinação de diferentes táticas. Em que pesem as profundas disparidades entre as instituições e as dinâmicas de ocupação ocorrentes no IFCE, na URCA, na UFC, na UFCA e na UNILAB, é justo notarmos que há aproximações

em suas textualizações quando evidenciamos as formas de ação política que estruturam tais iniciativas. Há, nas ocupações universitárias cearenses, uma adesão a formas e a processos de incidência política que, em suas recorrências, nos permitem evidenciar uma aparente convenção nos modos de textualizar uma ocupação. Isto é, uma gramática que aporta determinados modos de textualizar.

Esta percepção pode não parecer necessariamente inovadora quando consideramos que tais arranjos se nutrem de um amplo repertório de experiências que as fomentam – como detalhado ao longo deste trabalho. Porém, apesar de secundaristas utilizarem o Facebook em suas iniciativas, é justo notarmos que, considerando os escritos de Redes (2019), não existia tamanha articulação ou similaridade nos modos de aliar a plataforma à textualização da ocupação, de modo que funcionavam de modos díspares e sem uma necessária relação entre tais formas comunicacionais. Nestes casos, quando colocamos em tela as articulações com o uso de plataformas digitais e os modos aproximados de (re)compor repertórios sobre ocupação a partir da combinação de práticas online e offline, as experiências nestas cinco universidades nos convocam a refletir sobre dois aspectos que referenciam as particularidades destas gramáticas e as implicações dela decorrentes.

No primeiro, podemos notar que não há uma lógica de transposição em que a ação em ambiências digitais sucumbiria as dimensões físicas das ocupações; tampouco há uma relação de negacionismo do lugar de centralidade das plataformas no debate público contemporâneo. O que temos, fundante desta gramática, é uma articulação em que as ações de incidência política se combinam entre arranjos de formas físicas e digitais que, em suas particularidades de possibilidades e de limitações, confluem em arranjos que firmam o que se toma por ocupação. Podemos, a partir destes casos descentralizados no Ceará, reconhecer que se forja uma gramática realizada pelos movimentos estudantis em que as ocupações já não se limitam as ritualidades da tomada dos espaços institucionais, mas se ampliam por outras disposições que, orientadas à tomada de posições e às disputas de sentidos, admitem as dimensões táticas e adaptativas da ação política em conjunção com plataformas digitais.

Evidenciar esta combinação não deve se confundir com um aparente alcance de visibilidade na plataforma. Quando avaliamos estes casos, notamos que o imaginário de correlação entre ‘tornar visível’ como uma consequência do ato de ‘postar’ não garantiu amplas margens de alcance das narrativas propostas, seja pela fragilidade das redes sociais constituídas, seja pela limitação sociotécnica das plataformas, seja pela ausência de uma tática que dimensionasse essas questões e conseguisse confrontá-las. Diante da recomposição de repertórios sobre ocupação

a partir da combinação entre formas online e offline, neste segundo aspecto, nos importa destacar que há limitações de mediação e de atuação política nas plataformas. Por isso, embora notemos a ineficácia do uso do Facebook para disputa de narrativas ao estudarmos estes casos, importa também considerarmos que esta plataforma digital assumiu posto relevante ao combinar-se com os repertórios da ocupação como forma de ação política e mobilizar uma gramática singular que aproxima estas experiências.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, Gonzalo (2007). *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Editorial Síntesis
- ALONSO, Angela (2017). A política das ruas; protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. especial.
- ALVES, Giovanni (2012). “Ocupar Wall Street... e depois?”. In: HARVEY, David et al. *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo.
- ALVES FILHO, Mário (2016). *Movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013: a representação social no jornal Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- ANDRADE, Ian (2020). *O Covil dos Leões: Mídia Ninja e a cidadania em rede*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará.
- ARAÚJO, Leonardo (2016). *Comunicação para mobilização: quem dera ser um peixe, internet e ativismo político*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- BEZERRA, Fernanda (2022). *O movimento #EleNão e a formação de identidades políticas em comunidades virtuais*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- BENTES, Ivana (2016). “Ocupa Tudo! Extinção, ressurreição e insurreição da Cultura”. In: ROVAI, Renato (org). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil.
- BIANCHI, Alvaro (2008). *Transgressões: As ocupações de reitoria e a crise das Universidades Públicas*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- BONFIM, Cristiane (2019). *Campanha #euvoucontar: ciberativismo, cidadania e memória de mulheres pela descriminalização do aborto no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- GOHN, Maria da Glória (2017). *Manifestações e Protestos no Brasil: Correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- GOHN, Maria da Glória (2013). *Sociologia dos movimentos sociais: Indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil*. São Paulo: Cortez.

- GROPPO, Luis Antonio (2022). *Uma Onda Mundial de Revoltas: movimentos estudantis de 1968*. São Carlos: Pedro&João.
- LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (2018). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCom UFMG.
- MACÊDO, Daniel (2017). *Divino maravilhoso das ocupações universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará*. Fortaleza: Quitanda das Artes.
- MACÊDO, Daniel (2024). *Entre ruas e redes: narrativas estudantis sobre as ocupações universitárias de 2016 no Facebook*. Belo Horizonte, Selo PPGCom UFMG.
- MACÊDO, Daniel (2025). “Notas sobre pesquisar (com)textos: textualidades e sensibilidades em performances”. In LIMA, Shelton; TIMOTEO, Aquinei (orgs). *Metodologias em pesquisas acadêmico-científicas: subjetividades, afetações e práticas*. Rio Branco: EdUFAC.
- MACÊDO, Daniel et al (2018). *Ocupações das escolas públicas no Grande Bom Jardim*. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa.
- MACÊDO, Daniel; MARTINS, Helena (2021). Martín-Barbero em tempos de Facebook: contribuições ao debate sobre mediação algorítmica. *Revista Mediação*, v. 23, n. 32.
- MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia (2024A). Ocupar as narrativas com palavras de ordem: textualidades das notas de deflagração das ocupações universitárias de 2016 no Ceará. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 18, n. 2.
- MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia (2024B). Enredando narrativas jornalísticas: textualizações das ocupações universitárias de 2016 nos jornais O Povo e Diário do Nordeste. *Revista Intexto*, v. 56.
- MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia. GADELHA, Sandra (2023). Ao ocupar Universidades, encontramos Paulo Freire: textualizações da pedagogia freireana na insurgência estudantil de 2016 no Ceará. *Revista ECCOM - Educação, Cultura e Comunicação*, v. 14.
- MARCUSE, Hebert (1999). *A grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes.
- MARINHO, Giordanno (2022). *MST, ocupação de terras e desobediência civil: análise das decisões judiciais acerca da posse da terra nos conflitos agrários coletivos*. Dissertação (Mestrado em Direito). Mossoró: Universidade Federal Rural do Semiárido.
- MARTINS, Bruno et al (2019). *Experiências metodológicas em textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: Relicário.
- MATTOS, Renan (2018). *A mobilização política através de vídeos do Youtube e Facebook: uma análise do Movimento Brasil Livre*. Dissertação (mestrado). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.
- MINUCELLI, Conrado; SANTOS, Jaqueline; DOMBROWSKI, Osmir (2016). #Ocupaparaná: as ocupações das escolas públicas paranaense em outubro de 2016. *Temáticas*, v. 24, n. 47.

- NUNES, Márcia. (2018). *A retomada do ideal comunitário na organização política de coletivos de comunicação no Brasil*. Relatório Final (Pós-Doutorado). Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- O POVO. Estudantes ocupam Reitoria da UFC e promovem quebraadeira. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 01/09/2015.
- PERICÁS, Luiz Bernardo (2016). “Os semeadores da discórdia: A questão agrária na encruzilhada.” In: ROVAI, Renato (org). *Golpe 16*. São Paulo: Publisher Brasil.
- REDES, Bárbara (2019). *Ocupar e resistir: os processos comunicacionais nas ocupações das escolas estaduais públicas nas redes sociais da internet no Ceará em 2016*. Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- SANTOS, Willian (2020). *Mídia Ninja #aovivo: implicações do uso do live streaming na narrativa da prisão de Lula*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- SANTOS, Luana (2018). *Juventude e participação política: analisando a práxis dos movimentos sociais de juventude*. Tese (Doutorado). Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SINGER, André (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 32, n. 3.
- SOUSA, Francisco (2019). *Quando as minorias falam: os personagens da websérie Cartas Urbanas, do Coletivo Nigéria, e suas construções de sentido sobre a obra*. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará.
- THIOLLENT, Michel (1998). Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social*, v. 10, n. 2.
- TILLY, Charles (2006). *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press.
- União Nacional de Estudantes. *Estudantes ocupam 961 escolas e universidades contra retrocessos na educação*. goo.gl/CWrnMx. (acesso em: 03/03/2018).
- União Nacional de Estudantes. *#OcupaTudo tem mais de 200 universidades ocupadas em todo o Brasil*. goo.gl/S482S9. (acesso em: 03/03/2018).
- ZIBAS, Dagmar (2008). “A revolta dos pinguins” e o novo pacto educacional chileno. *Rev. Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38.